

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR: PERCEBENDO OS CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL

Rafaela Carolina da Silva

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail:

rafaelacarolinasilva@gmail.com

Everton da Silva Camillo

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail: everton.camilo@unesp.br

Leda Maria Araújo

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail: le-araujo@hotmail.com

Daniele Spadotto Sperandio

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

E-mail: danielespadotto@gmail.com

Miriam Fernandes de Jesus

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail:

biblioteconomiriam@hotmail.com

Claudio Marcondes de Castro Filho

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Professor no Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Universidade de São Paulo.

E-mail:

claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

Recebido em: 17/12/2018

Aceito em: 31/05/2019

RESUMO

As bibliotecas escolares são ambientes que promovem a leitura e, dentre outras ações, elevam a condição de assimilação de conteúdo dos seus usuários. Assim, as políticas públicas para este campo auxiliam na garantia desses propósitos. Em virtude disso, este trabalho objetivou averiguar a produção bibliográfica sobre políticas públicas voltadas à leitura e bibliotecas escolares nos âmbitos nacional e internacional. Para tanto, metodologicamente, foi realizado um estudo qualitativo, bibliográfico e descritivo. Também foram empreendidas buscas na base de dados *Library and Information Science Abstracts (LISA)*, levando em conta uma estratégia de busca com foco nos termos: políticas públicas, biblioteca escolar, mídia center e leitura. O estudo apresenta uma discussão entre considerações iniciais sobre políticas públicas, bibliotecas escolares e livro, leitura e literatura, com intuito de relacionar as temáticas e tornar mais nítido os resultados alcançados. Como resultado, foi percebido que as políticas públicas para a leitura e biblioteca escolar no Brasil e no exterior, sobretudo trabalhos dos Estados Unidos da América, relacionam-se com políticas em informação, políticas culturais, de saúde, pesquisa, desenvolvimento organizacional, serviços, mídia eletrônica e políticas educacionais, e conclui-se que há outras perspectivas lançadas sobre as bibliotecas escolares como equipamentos de informação complexos para além das abordagens do livro, leitura e literatura.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Biblioteca Escolar; Leitura.

**READING AND SCHOOL LIBRARY PUBLIC POLICIES:
PERCEIVING THE NATIONAL AND INTERNATIONAL
SCENARIOS**

ABSTRACT

School libraries are information units that promote reading and form the basis for users assimilate information in order to ascend socially in life. In this sense, public policies can assist for this purpose. Thus, this study aimed to verify bibliographical papers on reading and school libraries public policies in national and

international scenarios. Methodologically, it was carried out a study of qualitative, bibliographic and descriptive approaches. Searches were undertaken in the Librarianship and Information Science Information Database (LISA), taking into account a search strategy using the terms: public policies, reading, school libraries and media center. The study presents a discussion between initial considerations about public policies, school libraries and book, reading and literature, in order to relate these themes and sharpen the results achieved. As a result, it was perceived that public policies for reading and school libraries in Brazil and abroad, mainly in the United States of America, are related to information, cultural, educational and health policies, as well as are to research, organizational development, services and electronic media. It is concluded that there are other perspectives on school libraries as complex information units beyond the book, reading, and literature approaches.

Keywords: Public Policy; School Library; Reading.

1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a cidadania se manifesta por meio da conscientização e da participação política e social dos indivíduos, a escola tem o dever de ensinar seus alunos a pensarem de forma crítica, criativa e reflexiva. É nesse contexto que se encontra respaldado o ensino da leitura e da pesquisa, como processos pelos quais o indivíduo que ensina necessita se adaptar diariamente às necessidades e às dificuldades apresentadas por seus aprendizes, a fim de implantar uma cultura de leitura local e, assim, permitir o desenvolvimento intelectual, cultural e social das pessoas.

Nessa direção, as bibliotecas escolares são ambientes que promovem a leitura e, conseqüentemente, a condição de assimilação de conteúdos aos seus usuários. Para o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre Bibliotecas Escolares (2000), esses espaços devem seguir as características do local onde estiverem inseridos, oportunizando, ao público escolar, a união em torno da leitura, além da formação de uma sociedade leitora.

As políticas públicas de leitura voltadas às bibliotecas escolares caracterizam essas unidades de informação como canais de disponibilização e de estímulo à leitura, assim como de disseminação de informação e conhecimento, subsidiado pelos livros e outros recursos de informação, tudo isso em prol de promover diálogos diretos com a população,

ensejando incentivos federais, estaduais e municipais, com recursos orçamentários públicos e ainda, quiçá, financiamento privado.

Entende-se, portanto, que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver completamente suas capacidades e habilidades individuais e coletivas, sendo a biblioteca escolar um importante instrumento na formação de públicos leitores, condição que, para ser assegurada, torna indispensável a existência e formulação de políticas públicas.

Dito isso, este artigo objetivou averiguar a produção bibliográfica sobre políticas públicas voltadas à leitura e bibliotecas escolares nos âmbitos nacional e internacional. Metodologicamente, foi realizado um estudo qualitativo, bibliográfico e descritivo. Também foram empreendidas buscas na base de dados *Library and Information Science Abstracts* (LISA), levando em conta uma estratégia de busca com foco nos termos: políticas públicas, biblioteca escolar, mídia center e leitura, levando o estudo a apresentar uma discussão entre considerações iniciais sobre políticas públicas, bibliotecas escolares e livro, leitura e literatura, com intuito de relacionar as temáticas e tornar mais nítido os resultados alcançados.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE SÃO?

Os fundamentos do campo de políticas públicas solidificam-se nas mais distintas áreas do saber. Eles estão nas Ciências Políticas, na Economia e na Sociologia. Além desses, os campos da Administração Pública, da Engenharia, da Psicologia Social e do Direito também encorpam a sua base teórica.

Antes de tudo, a abordagem do termo “política” advém de uma construção dúbia, podendo assumir duas conotações consideradas principais na língua portuguesa. Países de língua latina como o Brasil, Espanha, Itália e França encontram dificuldades na distinção desse termo dicotômico (SECCHI, 2013).

Como uma primeira faceta nocional, segundo o entendimento de Lowi (2009), “[...] a política é uma regra formulada por alguma autoridade governamental para expressar influência sobre o comportamento de cidadãos, individualmente ou coletivamente, por meio do uso de sanções positivas ou negativas” (p. 21, tradução nossa). Esse sentido, ao menos em língua portuguesa, tem relação com a competição política e talvez seja o que mais está arraigado ao imaginário das pessoas no que tange a esse assunto. “Meu pai

adora falar sobre política", exemplifica a colocação desse termo. Mas ainda há outro significado que se vincula a essa palavra.

Essa outra dimensão do termo "política" é a mais concreta e, conseqüentemente, aquela que tem relação com orientações para a decisão e ação na sociedade, portanto, aquela que se filia ao entendimento de "política pública" (SECCHI, 2013). Falar de políticas públicas requer o entendimento de que estas não se configuram como dádivas do Estado; são vistas, contrariamente, como frutos de reivindicações populares que advêm das demandas sociais, embora, segundo a visão de Serra (2003, p. 67), as políticas públicas, "teoricamente, representem o resultado de muitas participações", sendo que, "na prática, expressam, principalmente, as intenções e as ideias dos grupos que detêm a hegemonia política e econômica".

Lowi (2009) considera que "a política pública é feita quando alguma autoridade política influencia condutas por meio do uso de sanções positivas e negativas" (p. 21, tradução nossa). Para Teixeira (2002), "as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. [...] Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente" (p. 3).

Para Saraiva e Ferrarezi (2006), política pública trata "[...] de um fluxo [...], orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade" (p. 29). Mediante Gaspari (2016), temos que "como política, vamos entender a arte de governar ou de decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais", enquanto que "como pública, vamos entender aquilo que pertence a um povo, algo relativo às coletividades" (p. 19).

De acordo com Moreira (2013), "a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real" (p. 47). As políticas públicas são, portanto, decisões políticas preventivas ou corretivas e estratégias destinadas a modificar uma realidade.

Nessa perspectiva, as políticas públicas buscam atender demandas sociais advindas de problemas públicos por meio do rompimento da inércia do Estado frente a essas. Com base nessa relação de poder entre Estado e movimentos sociais, muitas vezes marginalizados da sociedade, busca-se propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Agora, já munidos da concepção dicotômica do termo “política” e de recortes que conceituam a “política pública”, concebe-se o que propõe o autor Leonardo Secchi ainda como conceituação desse termo, porém, somado à noção de problema público. Para esse autor, “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2013, p. 2), bem como entende Souza (2006, p. 26) que as “políticas públicas” falam/tratam de um campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

A visão de Souza (2006), plasmada à de Secchi (2013), apenas corrobora convergências que se dão no campo da ação estatal. Quando o governo é colocado em ação, espera-se que haja o entendimento quanto aos reclamos de teor público, dado um contexto real de atenção pública.

É nesse âmbito que nasce o problema público. Se o status quo social não é considerado adequado, tem-se, então, o indício de que um problema público possa nascer, embora para que um problema alcance tal consenso, geralmente ele passa pelas agendas da mídia, da política, chegando, em última instância, à agenda formal. Dessa maneira, fica evidente que problemas públicos devem ter implicação a uma quantidade ou qualidade notável de pessoas, além de estar possivelmente vinculado à anuência ideológica de um Estado que, ao final, deve considerar, intersubjetivamente, mediante seus atores políticos, o problema como uma situação adequada ou inadequada e de relevância ou não à coletividade.

À ação de governança do Estado, cabe, assim, propor mudanças que caminhem rumo a solução da problemática reclamada. Segundo Secchi (2013), um problema público é a diferença entre uma situação atual e uma situação ideal possível, sendo cada uma delas um polo, distintos e intermediados por um espaço onde se conformam batalhas de cunho político-ideológico sobre a viabilidade ou inviabilidade de enfrentamento de um problema pelo Estado (Figura 1).

Figura 1 – Relação que antecede um problema como público



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Secchi (2013).

É sob essa perspectiva que não atender a um problema também é uma forma de fazer política: uma política pública não é apenas agir frente a um problema, mas também é não agir, isto é, ficar inerte, agir com omissão ou com negligência. Esse é também um modo de fazer política pública.

O entendimento dessa relação de ação e inação como forma de fazer política se alinha ao que Gaspari (2016) coloca como intencionalidade: “política pública é a intencionalidade de ação de governo” (p. 22). Fala-se da ação intersubjetiva de considerar o problema como uma situação adequada ou inadequada e de relevância ou não à coletividade mediante a ação de atores políticos. Isto é, “os atores políticos tentarão, quando possível, escolher políticas que otimizem o uso de seus ativos políticos, reduzam seus custos de transação e efetuem alterações desejadas no comportamento do cidadão de maneira eficiente” (LOWI, p. 22, tradução nossa).

Essa ação apenas conforma o caráter de intencionalidade relativo às políticas públicas, pois, é recrutado durante esse processo que a ideologia do Estado frente a um problema público confira anuência para que esse problema seja tratado sob medida de políticas de Estado a partir do movimento estatal que dá corpo a sua própria intenção. “Fazer” ou “não fazer” é uma ação apoiada numa real dualidade política, passível de ser acolhida ou não pela ideologia do Estado, e que reside no entremeio dos problemas e das soluções na sociedade.

3 OLHARES SOBRE A BIBLIOTECA ESCOLAR

Nas últimas décadas, a sociedade tem vivenciado inúmeras transformações nos mais diversos setores. As tecnologias de informação e comunicação geraram impacto em todas as áreas, mas, principalmente, nas instituições que atuam no âmbito da informação,

do livro e da leitura. Esse cenário impulsionou reflexões profundas e complexas a respeito da importância da Biblioteca Escolar na contemporaneidade.

De acordo com o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1999, p. 1):

A biblioteca escolar (BE) propicia informação e idéias fundamentais para seu funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

A biblioteca escolar é fundamental no processo de ensino-aprendizagem e na formação de leitores autônomos, críticos e reflexivos. Para isso, suas ações devem ser pluralizadas, romper com o paradigma tradicional, além de dinâmicas, ousadas, indo além dos fazeres técnicos e pedagógicos, contribuindo para o pleno desenvolvimento do indivíduo e da sua realidade local, instigando a leitura do texto e do mundo. Macedo (2005, p. 426), afirma que “a biblioteca escolar é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita a competências de leitura e escrita, educação, informação e desenvolvimento econômico, social e cultural [...]”.

No entanto, para que atuem ativamente e exerçam seu papel de forma ativa e efetiva, requerem iniciativa do Estado em viabilizar políticas públicas e orçamento para investir na sua infraestrutura e em seu pleno funcionamento. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, instituir a obrigatoriedade de bibliotecas em todas as instituições públicas de ensino do país e apesar dos parâmetros curriculares nacionais-PCNS, citarem a biblioteca escolar como imprescindível para a formação de bons leitores e existir um Plano Nacional de Biblioteca na Escola – PNBE, na prática isso nem sempre acontece, pois muitas bibliotecas não dispõem nem de um profissional habilitado para atuação na área.

É importante ressaltar que em 24 de maio de 2010 foi sancionada a Lei 12.244, que garante a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino públicas e privadas de todo território nacional brasileiro, exigindo a obrigatoriedade do exercício e atuação do profissional bibliotecário. (BRASIL, 2010). Essas leis e programas representam um avanço, contudo, o prazo para efetivação da Lei 12.244 está chegando ao fim, embora com poucos avanços efetivos, já que, de acordo com o Censo Escolar de 2016, realizado pelo Ministério da Educação, apenas 21% das 217 mil escolas públicas do país

têm biblioteca (INEP, 2016). Independente que atualmente está em andamento no Congresso Nacional Brasileiro um Projeto de Lei que altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Dessa forma, na prática, pouco se fez para legitimação desses espaços. Diante desse contexto, cabe à sociedade civil, aos profissionais, aos pesquisadores e aos conselhos da área reivindicar a aplicação da lei e incorporar novas concepções, estratégias de ação e recursos. Além disso, é importante que as bibliotecas escolares inovem em suas atividades, sendo um espaço de estudo, de construção do conhecimento, mas, principalmente, de democratização do acesso à leitura e à literatura de forma lúdica e prazerosa, tornando um espaço de diálogo, de ação criativa, de troca de experiências, de fruição e produção literária, com intercâmbio de informações.

Nesse sentido, os profissionais que nela atuam devem desenvolver programas e projetos diversos, efetivando o potencial transformador das bibliotecas escolares, mediando as descobertas do estudante, instigando a leitura e formando, de forma gradativa, leitores competentes. É preciso manter-se atualizado e dinamizar o uso da biblioteca, promover saraus literários, hora do conto, encontro com escritores, rodas de leitura, palestras educativas, oficinas de escrita criativa, bate papos, música na biblioteca, feiras e trocas de livros, murais informativos, concursos de redação, uso de aplicativos e redes sociais com dicas de leituras, lançamento de livros infanto-juvenil, destaque para o leitor do mês, exposição de datas comemorativas, comemoração do dia do livro, dia da poesia, entre outras possibilidades para enriquecimento do espaço.

As possibilidades de atuação da biblioteca escolar na contemporaneidade são inúmeras e perpassam as práticas de incentivo à leitura, ganhando uma nova concepção de formação e transformação do sujeito em um ambiente interativo, dinâmico, alegre e acolhedor. Assim, formam-se leitores críticos, que vão além da decodificação dos signos linguísticos, mas, que compreendem e atribuem significado ao que leem, fazendo inferências com a realidade a sua volta, adquirindo competências e habilidades para agir de forma ética e ativa na comunidade e nos grupos onde estão inseridos, a fim de exercer sua cidadania e construir uma nova sociedade.

4 O LIVRO, A LEITURA E A LITERATURA

A leitura de textos, imagens, cenas, quadros e outros tipos de materiais, impulsiona o leitor para um olhar crítico sobre o mundo que se vive. Essa leitura está integrada ao contexto histórico do homem e vem evoluindo de tal maneira que hoje se faz presente nas mais variadas formas. Freire (2006, p. 11) afirma que “a compreensão do texto [...] por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” e destaca que a leitura e a escrita estão intrinsecamente interligadas. Apesar de muitos autores concordarem com a importância social da leitura, há diversas barreiras que inviabilizam a aquisição desse hábito.

O foco nessa fundamentação é o livro e a literatura, não desmerecendo os outros meios informacionais, que também possuem sua importância para expandir ideias e ampliar reflexões. Todavia, o literário é “algo vivo e dinâmico [...]”; é um fato social, situado na superestrutura, que mantém relação com outros elementos da superestrutura e com a infraestrutura” (MAGNANI, 2001, p. 7). A literatura existente nos livros exerce maior influência no indivíduo, em seu ambiente social e cultural.

Dessa forma, criou-se no Brasil, em 2006, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) (MARQUES NETO, 2006), tendo como principal objetivo “assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas” (PNLL, 2014, p. 23). Esse objetivo é baseado na ideia de que “a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente” (PNLL, 2014, p.23), como também, a Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018, que trata da Política Nacional de leitura e Escrita, que tem a intenção de promover permanente o livro, a leitura, a escrita, a literatura e dar acesso às bibliotecas ao público no Brasil. Entretanto, os investimentos para a concretização dessa política são escassos, a manutenção e a criação de ambientes específicos são insuficientes, sendo a quantidade de profissionais capacitados para atuar ao encontro dessa proposta não são satisfatórias.

Oliveira e Prados (2015, p.103) afirmam que “a leitura permite que o cidadão desenvolva uma consciência crítica a respeito de si e da sociedade” e, conforme preconiza Castrillón (2003, p. 19), a leitura “é um direito de todos que, além disso, permite o exercício pleno da cidadania”. Desse modo, a legitimação da leitura é essencial para as

peças construam sua identidade, aprimorando seus conhecimentos e enriquecendo argumentos.

Para Cândido (2004, p. 176), há a necessidade da literatura, pois, esta não corrompe nem edifica, mas “humaniza em sentido profundo, porque faz viver” por ser conscientizadora e libertadora e “é o sonho acordado das civilizações” (CÂNDIDO, 2004, p. 174).

A partir dessa concepção, incentivar a leitura é fundamental para a formação do indivíduo como um ser pensante, com opiniões críticas, de forma a proporcionar inquietação e instigar o leitor para novas descobertas. Historicamente, na afirmação de Castrillón (2011, p. 16), “a leitura tem sido um instrumento de poder e exclusão social”, ou seja, as desigualdades diminuirão quando a população se conscientizar que esse hábito é benéfico e pode ser utilizado como um instrumento democrático para, desse modo, pensar em uma sociedade culturalmente letrada.

Pode-se afirmar, portanto, que a leitura é transformadora. Bakhtin (2011) concebe a ideia de que o conhecimento não é transmitido do mesmo modo, pois, o leitor, para cada leitura, modifica-se. Em complemento a esse ponto de vista, Bamberger (2010) reconhece que a leitura remove barreiras educacionais, pois, propicia o desenvolvimento sistemático do conhecimento, da linguagem e da personalidade.

Para Castrillón (2011), democratizar a leitura e a cultura no país é permitir o real exercício da cidadania. Ou seja, a leitura é uma alternativa para diminuir a desigualdade social e garantir o direito de ler e de escrever. Nesse aspecto, as bibliotecas possuem papel fundamental para o acesso efetivo à leitura. Salienta-se, no entanto, que a escola e outras instituições também são necessárias para o alcance desse objetivo.

A leitura possui papel essencial para o cidadão, então, ler e escrever são muito mais que dominar técnicas literárias. É uma forma de ajudar a si próprio a perceber, compreender e elaborar a própria subjetividade, contribuindo para dar sentido ao mundo, a si e aos outros, transformando-os “[...] em agentes ativos e autônomos no que tange à informação, produção e disseminação do conhecimento [...]” (FERREIRA; SARDELARI; CASTRO FILHO, 2016, p. 79) e sentir-se adequadamente inseridos na sociedade.

Por esse motivo, a proposição de políticas públicas de acesso ao livro, leitura e literatura torna-se vital para que se consolide a prática e acesso à leitura como direito e,

principalmente, como forma de aprimorar a educação e a cultura, bem como permitir a inclusão social dos cidadãos de modo pleno.

5 METODOLOGIA

Este artigo trata de uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica e descritiva, que teve em seu cerne refletir as políticas públicas existentes voltadas à leitura para as bibliotecas escolares, no campo da Ciência da Informação, em âmbitos nacional (Brasil) e internacional, com destaque para os Estados Unidos da América, dentre outros.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico na base de dados *Library and Information Science Abstracts* (LISA) sobre os conceitos de políticas públicas, bibliotecas escolares e leitura.

A escolha pela LISA decorreu do fato desta ser uma das maiores bases de dados na área da Ciência da Informação, e abrange pesquisas científicas nacionais e internacionais, o que vai ao encontro do objetivo proposto para este estudo. A estratégia de busca na LISA foi a seguinte:

((Public Policy) AND (School Library) OR (Media Center) AND (Reading))

É válido lembrar que o resultado da pesquisa reflete o período em que a aplicação da estratégia de busca na LISA foi aplicada; outubro de 2018. Também é importante ressaltar que não houve delimitação de tempo durante as buscas empreendidas, já que o intuito dessa ação era recuperar o maior número de literatura possível sobre os assuntos.

Foram recuperados 20 (vinte) artigos, contudo, apenas quatro disponíveis em textos completos. Dessa maneira, a discussão foi realizada a partir da análise de 04 (quatro) artigos completos e de 16 (dezesesseis) resumos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do total de 20 artigos recuperados com as palavras-chave “public policy”, “school library” ou “media center” e “reading”, foram selecionados quatro textos completos e 16

(dezesseis) resumos. Os quatro textos completos analisados foram os de: Humphreys (2007), Gehrke e Bufrem (2013), Camillo e Castro Filho (2017) e Neves e Aguiar (2017).

Todos os textos recuperados possuíam relação com o tema do trabalho proposto, envolvendo a análise e/ou desenvolvimento de políticas públicas de leitura no âmbito das bibliotecas escolares. Nessa perspectiva, o Quadro 1 apresenta os artigos selecionados, a fim de discorrer as ideias dos autores e a relação dos trabalhos com a temática do presente estudo.

Quadro 1 – Relação dos títulos pesquisados por título, ano, revista, país e autor

| Artigo | Título | Ano de publicação | Periódico | País de publicação | Autor |
|---------------|---|--------------------------|---|---------------------------|----------------------|
| 1 | Building better connections: the National Library of Medicine and public health | 2007 | Journal of the Medical Library Association | Estados Unidos da América | HUMPHREYS, Betsy L. |
| 2 | Improving the integration of public reading in cultural policies of Francophone developing countries. | 2007 | IFLA Journal | Reino Unido | WEBER, Eric |
| 3 | Reading & The Library Program | 2009 | Knowledge Quest | Estados Unidos da América | MOREILLON, Judi |
| 4 | Policies for reading, including the digital domain | 2011 | Item: Revista de Biblioteconomia e Documentação | Espanha | MARIN I TORNE, Maria |
| 5 | Connecting British Columbia (Canada) school libraries and student achievement: a comparison of higher and lower performing schools with similar overall funding | 2011 | School Libraries Worldwide; Edmonton | Estados Unidos da América | HAYCOCK, Ken |
| 6 | Book acquisition and development of collections in the libraries open to the public in | 2011 | Vjesnik Bibliotekara Hrvatske | Croácia | SECIC, Dora |

| | | | | | |
|----|---|------|--|---------------------------|---|
| | Zagreb in the 19th Century | | | | |
| 7 | Promoting the Joy of Reading without killing it | 2011 | Knowledge Quest | Estados Unidos da América | BECKHAM, Sonja |
| 8 | Desire, multiplicity and learning | 2012 | Scandinavian Public Library Quarterly | Finlândia | PIHI, Joron |
| 9 | French as a Second Language (FSL) storytimes: fostering language, literacy and lifelong love of reading | 2012 | Partnership: the Canadian Journal of Library and Information Practice and Research | Canadá | SENSICLE, Alexandra Caroline Black |
| 10 | The State University Libraries | 2012 | AIB Studi | Itália | DI MARTINO, Maria Cristina |
| 11 | Consequences of the restrictions on mobile phones among undergraduates in Nigerian universities | 2013 | PNLA Quarterly | Estados Unidos da América | OGUNMODEDE, Thomas A.; BAMIGBOSE, Oludayo John. |
| 12 | School libraries in finland: the heart of School Seldom Beats | 2013 | Scandinavian Public Library Quarterly | Finlândia | SINKO, Pirjo |
| 13 | The library at school: effects on reading attitude and reading frequency | 2013 | Performance Measurement and Metrics | Holanda, Reino Unido | HUYSMANS, Frank; KLEIJNEN, Ellen; BROEKHOF, Kees; Van DALEN, Thomas. |
| 14 | Apontamentos sobre bibliotecas em escolas do campo no Estado do Paraná | 2013 | Informação & Sociedade | Brasil | GEHRKE, Marcos; BUFREM, Leilah Santiago. |
| 15 | Beyond the classroom | 2014 | Knowledge Quest | Estados Unidos da América | SMITH, Malbert; SCHIANO, Anne; LATTANZIO, Elizabeth. |

| | | | | | |
|----|---|------|---|-------------------------|---|
| 16 | Neoliberalism, education and the integration of ICT in schools: a critical reading | 2014 | Technology, Pedagogy and Education | Inglaterra, Reino Unido | EGEA, Oscar Molto |
| 17 | (Re)thinking and (re)positioning library programmes and services in public high schools in Limpopo Province, South Africa | 2016 | Mousaion | África do Sul | MOJAPELO, Maredi Samuel |
| 18 | A preliminary research study on the library collections and services of public primary and middle schools in Guangzhou, China | 2016 | The Canadian Journal of Information and Library Science | Canadá | ZHANG, Wenyan; WANG, Hui; JI, Mengmeng; SHENG, Xu. |
| 19 | Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a biblioteca escolar | 2017 | Biblionline | Brasil | CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. |
| 20 | Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro | 2017 | Informação & Sociedade | Brasil | NEVES, Barbara Coelho; AGUIAR, Niliane Cunha. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Do Quadro 1, percebe-se que o maior número de publicações sobre a temática ocorre nos Estados Unidos da América (seis publicações), seguido do Brasil e do Reino Unido (com três publicações cada), do Canadá e da Finlândia (com duas publicações cada) e da África do Sul, Espanha e Itália (com uma publicação cada). Os estudos são relativamente recentes, pois datam de 2007 a 2017, totalizando dez anos de pesquisas na área.

As publicações estão concentradas nos anos de 2011 e 2013, com quatro publicações em cada período. A seguir, têm-se os anos de 2012, com três publicações; de

2007, 2014, 2016 e 2017, com duas publicações; e 2009, com uma publicação, o menor índice detectado.

Em relação aos conteúdos trabalhados em cada texto, o artigo (1) descreve a expansão de programas de saúde pública da Biblioteca Nacional de Medicina (National Library of Medicine (NLM)) dos Estados Unidos, considerada a maior biblioteca pública escolar especializada em saúde do mundo. Segundo o autor, a NML aproveitou um ambiente propício para aumentar a visibilidade e a compreensão dos desafios e oportunidades da informação em saúde pública, ajudando a criar parcerias, que produziram novos serviços de informação, iniciativas de divulgação, inovações em informática e políticas de saúde, a fim de beneficiar o trabalho da saúde pública e as diversas populações a que ele atende. De acordo com Humphreys (2007), a NLM engloba dez serviços essenciais:

- a. monitoraria do estado de saúde para identificar problemas de saúde da comunidade;
- b. diagnóstico e investigação dos problemas de saúde e riscos na comunidade;
- c. informação, educação e capacitação das pessoas sobre questões de saúde;
- d. mobilização de parcerias comunitárias para identificar e resolver problemas de saúde;
- e. desenvolvimento de políticas e planos que apoiam os esforços individuais e comunitários de saúde;
- f. cumprimento de leis e regulamentos que protejam a saúde e garantam a segurança;
- g. mediação das pessoas aos serviços de saúde pessoais necessários, assegurando a prestação de tais serviços;
- h. comprometimento com uma força de trabalho competente em saúde pública e pessoal de saúde;
- i. avaliação da eficácia, da acessibilidade e da qualidade da saúde pessoal e da população;
- j. pesquisa de novos insights e soluções inovadoras para problemas de saúde. (HUMPHREYS, 2007, p. 294, grifo nosso, tradução nossa).

O artigo (2) trata da leitura pública, ou seja, do acesso a obras publicadas, jornais e à informação, em geral, em bibliotecas escolares de países em desenvolvimento. O autor entende que a leitura pública não substitui as políticas de educação ou alfabetização, já que estas estabelecem o acesso ao conhecimento na realidade do dia-a-dia dos cidadãos, possibilitando a eles o convívio em sociedade. Dessa maneira, as bibliotecas se caracterizam por serem centros que necessitam abrigar atividades culturais, como

conferências, teatro e música. Em vista disso, os governos de países em desenvolvimento requerem políticas de leitura pública a nível nacional.

No que se refere ao artigo (3), estuda-se as políticas de preparo profissional de profissionais de bibliotecas para entender a passagem dos jovens de educação básica às bibliotecas públicas e acadêmicas. Nesse sentido, entende-se ser necessário que os especialistas em bibliotecas preparem seus usuários frente às novas tecnologias, preparando-os para a aprendizagem ao longo da vida. Tal aprendizagem ocorre quando a posição do bibliotecário está no centro dos programas de leitura de suas escolas, assumindo a responsabilidade de garantir que as necessidades acadêmicas e pessoais dos alunos sejam satisfeitas, por meio do desenvolvimento de políticas e práticas com o menor número de restrições sobre a escolha e o acesso a recursos informacionais.

Em relação ao artigo (4), este compreende a digitalização como uma revolução no modelo de negócio do setor editorial, o que se torna uma mudança paradigmática nos hábitos e comportamentos dos leitores. Nesse contexto, um fator importante na transformação da leitura é o quão bem os autores, os editores e os locais de disseminação da informação (especialmente escolas e bibliotecas) se adaptam a essas novas tecnologias. Para tanto, as políticas públicas do livro e da leitura devem se atentar à multiplicidade de tecnologias como agentes de mudanças sociais e organizacionais.

No que tange ao artigo (5), pesquisas ao longo do tempo estabeleceram associações entre os componentes da biblioteca escolar e os estudantes de escolas públicas. O estudo foi projetado para investigar as associações em escolas da Colúmbia Britânica (Canadá), onde o governo provê financiamento equitativo de escolas públicas, permitindo que distritos escolares determinem prioridades individuais de financiamento. As descobertas replicaram no que pesquisas anteriores haviam mostrado: maiores resultados de testes padronizados de estudantes foram associados ao uso recorrente de bibliotecas escolares, sendo que essas, quando acessíveis ao público, promovem o desempenho profissional e pessoal.

O artigo (6) apresenta os métodos de desenvolvimento de coleções de bibliotecas abertas ao público que operam em Zagrebe, Croácia, seguidas pelas bibliotecas da Sala de Leitura da Ilíria, da Sociedade Econômica Croata-Eslava, da Sociedade Histórica Iugoslava, da Academia Iugoslava de Ciências e Artes e do Museu Nacional da Croácia. Todas essas bibliotecas foram aprimoradas pelos esforços coletivos da comunidade cultural croata,

pessoas conscientes da necessidade de ação coletiva para assegurar o desenvolvimento do país.

O artigo (7) entende que escolas e professores têm atuação direta na vida dos alunos, assumindo, assim, os papéis relativos à saúde e à segurança dos menores de idade, além do estabelecimento de padrões educacionais. No entanto, a discussão gira em torno do fato das políticas implementadas pelas escolas públicas, por vezes, não suportarem a liberdade de leitura, o que pode contribuir para que os alunos se tornem não leitores. Logo, é preciso trabalhar a liberdade de acesso a uma ampla variedade de livros, levando em conta que os alunos devem ser capazes de auto-selecionar, assim como usar, a informação de que necessitam.

No artigo (8), a visão é de que a biblioteca escolar deve integrar o ensino e a aprendizagem em todos os níveis do sistema educacional. Isso garantirá o futuro das bibliotecas e as pré-condições para a aprendizagem ao longo da vida. Portanto, a biblioteca deve ser apresentada às crianças e aos adolescentes como um lugar que propicia o prazer e o encontro social, como uma perspectiva de aprendizagem. Dessa maneira, o artigo discute o papel das bibliotecas escolares primárias e secundárias na criação do desejo de aprender e de ler, bem como de desenvolvimento do engajamento político, cultural e social.

O artigo (9) relata o sistema escolar do Canadá, composto por dois idiomas oficiais: o inglês anglófono (mais falado) e o francês. Levando-se em conta que o papel das bibliotecas escolares é a introdução das crianças aos livros, desenvolvendo habilidades de alfabetização e o gosto pela leitura, elas têm papel positivo no acompanhamento da proficiência em leitura sobre o ensino de uma segunda língua. Dito isso, o artigo trabalha as políticas de introdução de crianças à língua francesa, por meio de atividades divertidas, incluindo histórias, canções, rimas e jogos.

O artigo (10) apresenta a estrutura institucional das bibliotecas escolares e universitárias na Itália, a fim de descrever as tarefas institucionais e de serviço que as bibliotecas das universidades estaduais têm que cumprir no apoio ao aprendizado e à pesquisa, para a preservação do patrimônio nacional e a promoção de espaços adequados para a leitura pública. O artigo analisa as oportunidades de interação e de cooperação entre escolas, universidades e bibliotecas universitárias, considerando o aumento da compressão de recursos humanos e financeiros, que dificulta a gestão diária dessas localidades.

O artigo (11) debate se a política pública deve sobrepor-se ao interesse individual de um indivíduo, mais especificamente, sobre a restrição na utilização de dispositivos móveis em bibliotecas da Nigéria, particularmente na área de leitura / estudo. Os dados foram coletados de três bibliotecas escolares / acadêmicas no estado de Oyo, Nigéria, com o auxílio de um questionário. Os resultados mostraram que o uso do celular por leitores nas bibliotecas é alto e que eles recebem ligações inesperadamente, atrapalhando os demais usuários das bibliotecas. Por outro lado, ao restringir o uso de telefones celulares, por exemplo, as pessoas acabam se afastando das bibliotecas.

O artigo (12) discorre sobre a realidade dos jovens finlandeses, país em que o índice de leitores é um dos maiores do mundo. Essa característica faz com que as bibliotecas públicas finlandesas sejam instituições culturais em nível mundial. Contudo, a realidade não é a mesma para as bibliotecas escolares, o que se torna um paradoxo. A maioria das escolas da Finlândia têm uma biblioteca, embora desatualizada, visto que não há orçamento regular para essas localidades, que têm que confiar em uma quantidade aleatória de fundos escassos. Dessa maneira, discute-se um novo Currículo Nacional para o Ensino Básico, enfocando a multi-alfabetização, que compreende a leitura e a escrita tradicional, além da alfabetização visual, da literacia digital, da literacia da informação e da literacia midiática.

O artigo (13) descreve os efeitos do programa de políticas públicas holandês, que defende a biblioteca na escola sob a ênfase da leitura de livros de lazer e do desenvolvimento de um público leitor ativo. O estudo baseia-se em dados coletados no ano letivo de 2011-2012, em uma amostra de 4.682 alunos, de 229 turmas, com 284 professores, em 68 escolas. Os resultados indicam que a biblioteca escolar em si não é suficiente para promover a leitura de livros no tempo livre. Para tanto, uma solução é capacitar os professores para que eles sejam consultores e mediadores de leitura a seus alunos.

O artigo (14) apresenta os resultados parciais de uma investigação sobre bibliotecas escolares em escolas do sistema educacional público do estado do Paraná, Brasil. O trabalho baseia-se em reflexões sobre a literatura relacionada ao tema, contrapondo à análise dessa realidade. Tem como objetivo caracterizar as temáticas escola rural, espaço físico, bem como materiais e práticas comuns nas bibliotecas escolares. O trabalho relata a influência dos aspectos mencionados sobre a existência, o

planejamento e o desenvolvimento de atividades, descrevendo a sua contribuição para o processo de formação das disciplinas escolares.

Pode-se afirmar que a biblioteca em escolas do campo, no Estado do Paraná é espaço praticamente inexistente, quando se assume sua historicidade conceitual e organizacional, mesmo quando este espaço já compõe a cultura escolar. Em sua conjuntura, ela vem sendo utilizada e compreendida de muitas formas: como espaço próprio e adequado com atendimento pessoal; como uma prateleira de livros; como sala com livros didáticos, de literatura e de outros materiais, em geral sem uma ordenação, ou com sistemas improvisados de armazenamento. Em alguns casos, ela divide espaço com laboratórios de informática, salas de professores, secretarias, almoxarifado, e, com maior frequência [...] salas de aula. Mas também é encontrada em depósitos de material didático ou barraco de lona, com tudo improvisado. (GEHRKE; BUFREM, 2013, p. 111-112).

A investigação conclui que é necessário ocupar as bibliotecas das escolas do campo, entendendo-as não apenas como pontos de comunicação, mas também como local de produção de conhecimento. Além disso, os autores sugerem que as práticas das bibliotecas devem ocorrer de acordo com a realidade local, sendo dever do Estado transformá-las em políticas públicas.

O artigo (15) trabalha os formuladores de políticas públicas na implementação dos novos Padrões Estaduais do Common Core, Estados Unidos da América, procurando maneiras efetivas de maximizar o uso dos recursos existentes nas bibliotecas públicas e escolares, além de fortalecer parcerias nos setores públicos e privados. Para os autores, a implementação desses padrões, por meio do Framework Lexile para Leitura, fará com que os bibliotecários sejam, em conjunto com os professores, profissionais preparados para abordar a leitura em sala de aula.

O artigo (16) explora uma perspectiva contemporânea de educação, que visa reconstruir as escolas por meio da integração das tecnologias de informação e comunicação. O artigo discute que a integração dessas tecnologias está inserida na educação baseada em novas modalidades de governo, onde a centralidade cede lugar a ambientes flexíveis, autônomos e não hierárquicos.

O artigo (17) argumenta que programas e serviços escolares bem planejados são essenciais para melhorar o desenvolvimento de competências de leitura e de literacia da informação, em particular dos aprendentes, que são cruciais para os serviços das bibliotecas. No entanto, por causa da inadequação nos serviços das bibliotecas das escolas

sul-africanas, os professores e alunos são privados de oportunidades de aprender. Assim, o artigo objetivou investigar os programas e serviços oferecidos pelas diferentes instalações de bibliotecas em escolas secundárias públicas na província de Limpopo, África do Sul. Recomenda-se que o Departamento Nacional de Educação Básica (DBE) assegure que uma política de biblioteca escolar seja desenvolvida, com serviços claramente definidos e implementados.

O artigo (18) relata que as bibliotecas da escola primária e média são capazes de desempenhar um papel importante na vida das pessoas, ajudando a desenvolver habilidades de leitura e informação e estabelecendo as bases para uma futura cidadania alfabetizada. Embora a China tenha conseguido progresso tecnológico, suas bibliotecas escolares não foram estudadas sob a perspectiva das características institucionais onde estão inseridas. Logo, o estudo buscou examinar as coleções e os serviços das bibliotecas escolares na cidade de Guangzhou, China. Verificou-se que as coleções e os serviços oferecidos variam significativamente de acordo com os tipos de escolas e as suas localizações.

O artigo (19) discute as lutas existentes no Brasil acerca dos inúmeros contextos de políticas públicas, educacionais e culturais, destacando a biblioteca escolar como protagonista na busca pela legitimação de uma política educacional. Nesse sentido,

Tratar da biblioteca escolar no Brasil é uma discussão que muito incomoda. Não que esse incômodo seja maléfico, descontextualizado ou de natureza imprópria. Ao contrário, muito sabemos de onde parte essa inquietação. Muito do não-dito jaz na ideologia do Estado enquanto inércia ao empenho para com as bibliotecas escolares, consideradas locais onde nascem as confluências do saber e instrumento por onde se alcança a educação, cultura, desenvolvimento social e político de uma nação. (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2017, p. 94).

Os autores concluem que a atuação do Estado brasileiro limita as possibilidades de construção de cidadãos engajados socialmente, culturalmente, educacionalmente e politicamente. Nesse cenário, a não reforma da Lei Federal 12.244/10 pode gerar inibições ao alcance da biblioteca escolar como um instrumento de desenvolvimento social e humano.

O artigo (20) apresenta um levantamento das políticas públicas de informação no Brasil em relação às bibliotecas escolares, destacando que o panorama das políticas públicas de informação brasileiras ainda se encontra em processo de desenvolvimento.

Para tanto, as autoras propõem o exame dessas políticas e o desenvolvimento das mesmas, reivindicando a sua plena execução, em benefício da sociedade.

O que se espera é desenvolver a biblioteca escolar para que alcancem patamar daquilo que Perrotti e Pieruccinni (2008) entendem como biblioteca escolar: uma unidade de informação de estabelecimento de ensino, que tem em vista a contribuição para a melhoria do ensino público e da apropriação cultural, por meio do desenvolvimento de novos conceitos de serviços de informação em educação, entendendo seus usuários como protagonistas culturais. (NEVES; AGUIAR, 2017, p. 82).

De maneira geral, pode-se concluir que os autores apontam que as políticas públicas em bibliotecas escolares voltam-se a nove eixos principais: 1) políticas públicas de saúde; 2) políticas públicas voltadas à promoção da leitura; 3) políticas públicas voltadas à mídia eletrônica; 4) políticas públicas voltadas à pesquisa; 5) políticas públicas de serviços; 6) políticas públicas educacionais; 7) políticas públicas voltadas para o desenvolvimento organizacional; 8) políticas públicas culturais; e 9) políticas públicas em informação.

O Quadro 2 relaciona os artigos analisados com os seus eixos temáticos.

Quadro 2 – Resumo dos assuntos trabalhados por cada artigo

| Artigo | Eixos temáticos |
|---------------|---|
| 1 | Políticas públicas de saúde |
| 2 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura |
| 3 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura |
| 4 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura Políticas públicas voltadas à mídia eletrônica |
| 5 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura Políticas públicas voltadas à pesquisa |
| 6 | Políticas públicas de serviços |
| 7 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura |
| 8 | Políticas públicas educacionais |
| 9 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura Políticas públicas educacionais |
| 10 | Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento organizacional |
| 11 | Políticas públicas voltadas à mídia eletrônica |
| 12 | Políticas públicas educacionais |
| 13 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura |
| 14 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura Políticas públicas educacionais |
| 15 | Políticas públicas voltadas à promoção da leitura |
| 16 | Políticas públicas educacionais Políticas públicas voltadas à mídia eletrônica |
| 17 | Políticas públicas de serviços |

| | |
|----|---|
| 18 | Políticas públicas de serviços |
| 19 | Políticas públicas culturais Políticas públicas educacionais Políticas públicas em informação |
| 20 | Políticas públicas em informação |

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Do Quadro 2, percebe-se que o eixo mais trabalhado é a promoção da leitura, pois, nove artigos tratam dessa temática, seguido pelas políticas públicas educacionais (seis artigos), de mídia eletrônica e de serviços (três artigos cada) e informacionais (dois artigos). Os eixos menos trabalhados são a saúde, a pesquisa, o desenvolvimento organizacional e a cultura, contando com um artigo cada.

As políticas públicas de saúde tratam do trabalho das bibliotecas escolares enquanto promotoras do ensino educacional, em conjunto com a garantia dos direitos essenciais de existência do cidadão. As políticas públicas voltadas à promoção da leitura trabalham o aprendizado ao longo da vida, as formas de acesso e uso da informação, além da geração de novos conhecimentos, a partir da informação lida e compartilhada.

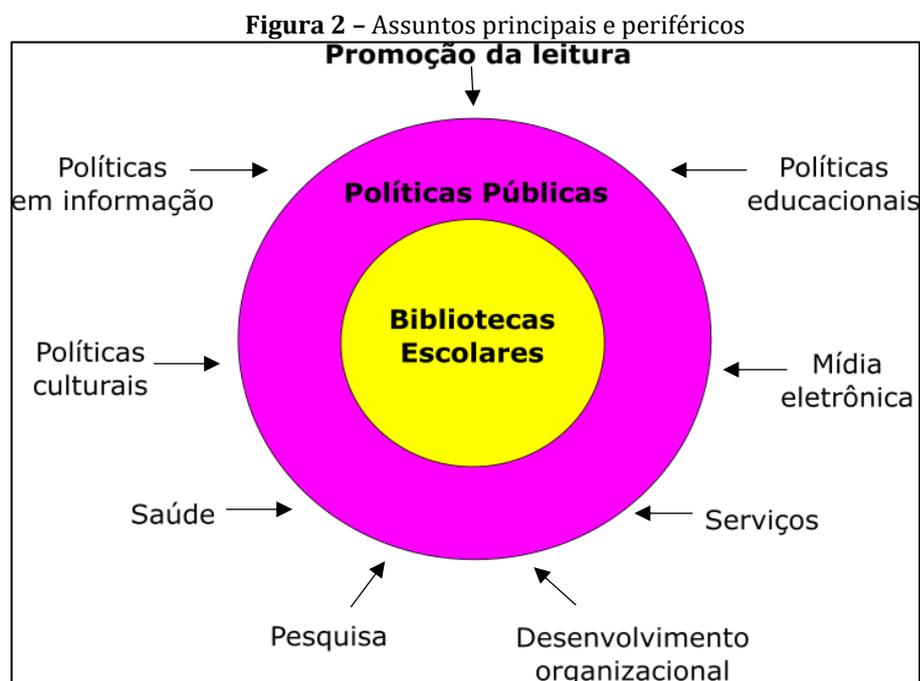
As políticas públicas voltadas à mídia eletrônica se referem ao trabalho com mídias analógicas, eletrônicas e digitais, para que os usuários de bibliotecas saibam utilizá-las como ferramentas de auxílio às suas pesquisas. As políticas públicas voltadas à pesquisa destacam a capacidade de o usuário acessar a informação e fazer uso dela de maneira a satisfazer suas necessidades informacionais, sabendo onde e como encontrar a informação que precisa.

As políticas públicas de serviços voltam-se ao desenvolvimento de coleções e de produtos e serviços pela biblioteca, em prol da demanda de seus usuários. As políticas públicas educacionais descrevem a inter-relação entre as atividades da escola com as desenvolvidas pelas bibliotecas escolares, buscando a convergência de bibliotecários e pedagogos, enquanto profissionais especializados para suprir as demandas informacionais dos alunos.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento organizacional tratam da estrutura institucional das bibliotecas, que deve abranger espaços propícios ao desenvolvimento das demais políticas aqui abordadas. As políticas públicas culturais, juntamente com as políticas públicas em informação, dissertam sobre as atividades culturais e informacionais a serem desenvolvidas pelas bibliotecas escolares para que

seus usuários se tornem seres reflexivos e críticos, capazes de agirem ativamente em sociedade.

A Figura 2 mostra a relação dos eixos trabalhados em níveis principais e periféricos.



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Na Figura 2, quanto mais forte a linha ligada ao tema, maior a relação entre a biblioteca escolar e a discussão inter-relacionada às políticas públicas, ou seja, quanto mais fraca a linha ligada às bibliotecas, menor a abordagem enfocando as políticas públicas nos artigos analisados. Assim, é possível perceber que o núcleo, representado pela biblioteca escolar, é abrangido pelas políticas públicas a serem desenvolvidas que, por sua vez, se inter-relacionam com os temas estudados pelos autores dos artigos recuperados, indicando o estado-da-arte no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas de leitura em bibliotecas escolares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir acerca das políticas públicas de leitura em bibliotecas escolares na atualidade se faz relevante, uma vez que essas bibliotecas, como equipamentos de

informação, são indispensáveis à formação cidadã na mais tenra idade dos seus sujeitos informacionais.

Embora o conceito de políticas públicas seja movediço na literatura especializada, é importante ter em mente que o Estado, independentemente da abordagem que se firme a esse contexto, estará presente como intermediário da possibilidade de aproximar os cidadãos da leitura numa conjuntura que tem como norte minimizar as assimetrias sociais no que tange ao campo da educação. Nesse sentido, entende-se que o livro, a leitura e a literatura, por si, são instrumentos veiculadores do potencial de educação e tornam dilatadas a potencialidade e a intencionalidade do processo de correção das assimetrias nesse campo, além de serem enquadrados na perspectiva dos elementos engajados na sustentação das ações que promovem a transformação social.

Como o foco da pesquisa na base de dados LISA foi recuperar trabalhos ligados às políticas públicas de leitura em bibliotecas escolares, foi possível notar a expressividade de temas que se ligam a essa temática a partir dos dados recuperados. Há trabalhos centrados em políticas em informação, políticas culturais, saúde, pesquisa, desenvolvimento organizacional, serviços, mídias eletrônicas e políticas educacionais. Todos esses temas tornam-se confluente com a temática das bibliotecas escolares. Portanto, frente ao objetivo inicial de refletir as políticas públicas voltadas à leitura existentes para as bibliotecas escolares, depreendemos que o foco está na promoção da leitura, que representa o direcionamento de pesquisa de quase metade dos vinte trabalhos recuperados. Para além do livro, leitura e literatura, outras abordagens foram lançadas sobre as bibliotecas escolares como equipamentos de informação, corroborando para a sua importância e possibilidade complexa tanto de investigação quanto de formulação de políticas.

REFERÊNCIAS

ASPARI, E. Políticas públicas e intencionalidade. In: CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF, 2011.

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2010.

BECKHAM, S. Promoting the Joy of Reading without killing it. **Knowledge Quest**, Chicago, v. 39, n. 4, p. 50-54, mar. 2011. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/875711872?accountid=8112>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 05 nov. 2018.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a biblioteca escolar. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 94-101, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/35285>. Acesso em: 08 out. 2018.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ouro Sobre Azul, 2004.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

DI MARTINO, M. C. The state university libraries. **AIB Studi**, Roma, v. 52, n. 2, p. 185-196, 2012. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1512200207?accountid=8112>. Acesso em: 08 out. 2018.

EGEA, O. M. Neoliberalism, education and the integration of ICT in schools: a critical reading. **Technology, Pedagogy and Education**, Abingdon, v. 23, n. 2, p. 267-283, jan. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1475939X.2013.810168>. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1660011360?accountid=8112>. Acesso em: 03 out. 2018.

FERREIRA, A. F.; SARDELARI, I. M. T.; CASTRO FILHO, C. M. de. Políticas públicas e ações de incentivo à leitura promovidas por organizações empresariais sob a ótica da responsabilidade social. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 64-82, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/110279/116768>. Acesso em: 02 out. 2018.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo; Cortez, 2006.

GEHRKE, M.; BUFREM, L. S. Apontamentos sobre bibliotecas em escolas do campo no Estado do Paraná. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 23, n. 3, s. p., 2013. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1493814707?accountid=8112>. Acesso em: 04 out. 2018.

HAYCOCK, K. Connecting British Columbia (Canada) school libraries and student achievement: a comparison of higher and lower performing schools with similar overall funding. **School Libraries Worldwide**, Edmonton, v. 17, n. 1, p. 37-50, jan. 2011. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/847667244?accountid=8112>. Acesso em: 01 out. 2018.

HUMPHREYS, B. L. Building better connections: the National Library of Medicine and public Health. **Journal of the Medical Library Association**, v. 95, n. 3, Chicago, jul. 2007. Disponível em: <https://dx.doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.3163%2F1536-5050.95.3.293>. Acesso em: 05 out. 2018.

HUYSMANS, F.; KLEIJNEN, E.; BROEKHOF, K.; Van DALEN, T. The library at school: effects on reading attitude and reading frequency. *Performance Measurement and Metrics* **Amsterdã**, v. 14,

n. 2, p. 142-156, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/PMM-05-2013-0013>. Acesso em: 05 out. 2018.

IFLA/UNESCO. **Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**, 2002. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

LOWI, T. **Arenas of power**. Paradigm Publishers: Bolder, 2009.

MACEDO, N. D. (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Senac, 2005. p. 339-453.

MAGNANI, M. R. M. **Leitura, literatura e escola**: sobre a formação do gosto. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARIN I TORNE, M. Policies for reading, including the digital domain. **Item: Revista de Biblioteconomia i Documentacio**, Catalúnia, v. 55, p. 49-67. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1622279039?accountid=8112>. Acesso em: 02 out. 2018.

MARQUES NETO, J. C. Introdução: ano Ibero-americano da leitura, o ano que não deve acabar. In: AMORIN, G. (org.). **Políticas públicas do livro e leitura**. Brasília: Cultura acadêmica, 2006.

MARQUES NETTO, J. C. (Org.). **PNLL**: Plano Nacional do Livro e Leitura: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5QJujJhZbE9Y3hIeEJqVS1taG8/view>. Acesso em: 02 out. 2018.

MOJAPELO, M. S. (Re)thinking and (re)positioning library programmes and services in public high schools in Limpopo Province, South Africa. **Mousaion**, Pretoria, v. 34, n. 3, p. 60, 2016. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1894952941?accountid=8112>. Acesso em: 02 out. 2018.

MOREILLON, J. Reading & The Library Program. **Knowledge Quest**, Chicago, v. 38, n. 2, p. 24-10, nov./dez. 2009. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/194729449?accountid=8112>. Acesso em: 03 out. 2018.

MOREIRA, M. G. B. **A formação de leitores e a perspectiva de políticas públicas para a leitura em Manaus**. Orientador: Iraildes Caldas Torres. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2300>. Acesso em: 18 out. 2018.

NEVES, B. C.; AGUIAR, N. C. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 73-86, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/viewFile/33296/pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

OGUNMODEDE, T. A.; BAMIGBOSE, O. J. Consequences of the restrictions on mobile phones among undergraduates in Nigerian universities. **PNLA Quarterly**, Nebraska, v. 77, n. 2, p. 78-84, 2013. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1417518466?accountid=8112>. Acesso em: 09 out. 2018.

OLIVEIRA, A. D.; PRADOS, R. M. N. Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, v.32, p.99-112, jun. 2015. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/download/1311/1354>. Acesso em: 01 out. 2018.

PIHI, J. Desire, multiplicity and learning. **Scandinavian Public Library Quarterly**, v. 45, n. 1, p. 8-9, 2012. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1030864838?accountid=8112>. Acesso em: 07 out. 2018.

PNLL. **Caderno do PNLL**. Ed. rev. atual. Brasília: MinC, 2014.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, L. Introdução: percebendo as políticas públicas. In: _____. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECIC, D. Book acquisition and development of collections in the libraries open to the public in Zagreb in the 19th Century. **Vjesnik Bibliotekara Hrvatske**, Zagrebe, v. 54, n. 3, p. 1-20, 2011. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/914763348?accountid=8112>. Acesso em: 06 out. 2018.

SENSICLE, A. C. B. French as a Second Language (FSL) storytimes: fostering language, literacy and lifelong love of reading. **Partnership: The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research**, Toronto, v. 7, n. 1, p. 1-11, 2012. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1898607723?accountid=8112>. Acesso em: 09 out. 2018.

SERRA, E. D. Políticas de promoção da leitura. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003. p. 65-85.

SINKO, P. School libraries in Finland: the heart of School Seldom Beats. **Scandinavian Public Library Quarterly**, v. 46, n. 1, p. 16-17, 2013. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1429833969?accountid=8112>. Acesso em: 08 out. 2018.

SMITH, M.; SCHIANO, A.; LATTANZIO, E. Beyond the classroom. **Knowledge Quest**, Chicago, v. 42, n. 3, p. 20-29, 2014. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1520331726?accountid=8112>. Acesso em: 03 out. 2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 18 out. 2018.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 1999. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

WEBER, E. Improving the integration of public reading in cultural policies of Francophone developing countries. **IFLA Journal**, v. 33, n. 1, p. 7-15, 2007. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/57684589?accountid=8112>. Acesso em: 04 out. 2018.

ZHANG, W.; WANG, H.; JI, M.; SHENG, X. A preliminary research study on the library collections and services of public primary and middle schools in Guangzhou, China. **The Canadian Journal of Information and Library Science**, Toronto, v. 40, n. 3, p. 254-285, set. 2016. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/2048045179?accountid=8112>. Acesso em: 02 out. 2018.